

# **BIODIESEL E A AGRICULTURA CAMPONESA: O DILEMA ENTRE O DESEJO DE “PLANTAR PRA COMER” E A OBRIGATORIEDADE DE “PLANTAR PRA VENDER” NO SUL DO PIAUÍ**

Maria Elza Soares da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul: elzasoareshpi@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, os agrocombustíveis tornaram-se alvo das políticas públicas por apresentarem possibilidades de minimizar os impactos negativos no meio ambiente, gerar renda para os agricultores familiares pobres e com pouca capacidade de inserção em mercados dominados pelo agronegócio (MDA, 2005).

Nas últimas três décadas registra-se a presença de inúmeras políticas públicas rurais com foco na inclusão dos agricultores familiares no mercado (SILVA, 2017). Dentre essas, insere-se o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) que é uma política pública que busca a integração e o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, tornando-a parte do processo produtivo do biodiesel. Para Abramovay (2013) o PNPB representa um mercado que começa a se formar a partir de uma intervenção governamental que estimula a participação de agricultores familiares em sua matriz produtiva com o uso de matérias-primas, até então, pouco empregadas.

O PNPB foi formulado com o intuito a: 1) Reduzir as importações de diesel e, portanto, gerar divisas para o País; 2) Implantar um programa sustentável, com inclusão social por meio da geração de

emprego e renda para agricultura familiar; 3) Aumentar a competitividade e qualidade do suprimento; 4) Diversificar as matérias-primas, explorando as potencialidades regionais, para Produção do biodiesel (MDA, 2005)

Como parte da estratégia de inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, criou-se o instrumento legal -Selo Combustível

Social - SCS - programa de isenção fiscal concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA aos produtores de biodiesel que promoverem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda para os agricultores enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SILVA, et al, 2016).

Do ponto de vista das políticas públicas voltada para a eficiência energética, uma das críticas que recaem sobre o programa é que não se mede consequências ecológicas e sociais de novos carburantes, sobretudo, com a expropriação das terras camponesas, comprometendo assim a manutenção de modos a manutenção de modos de vidas sustentáveis e a soberania alimentar. A "busca por novas energias acabou se transformando numa atividade muito rentável para investimentos do grande capital" (HOUTART, 2010,

p.7). Para o autor, "o cálculo econômico do sistema capitalista mira o curto prazo, silenciando assim o custo efetivo daquilo que é exterior à sua lógica, ou seja, os aspectos que provocam os efeitos colaterais desse sistema" (HOUTART, 2010, p.8). Em outras palavras, o uso de terras agricultáveis para fins de produção de energia verde no Brasil é marcado por controversos.

Não obstante, o discurso oficial da coexistência de uma produção capitalista associada à produção camponesa deu lugar à monopolização do território pelo capital, uma vez que a ação primeira do agronegócio não se deu na tentativa da parceria com o camponês (OLIVEIRA, 1995). A relação é de subordinação, tanto as **regras** do mercado dos biocombustíveis, como pela dependência de exploração da mão de obra da família camponesa.

Para a compreensão multidimensional do PNPB quanto à inclusão dos agricultores pobres no mercado de biodiesel, tomaremos como referência empírica a experiência do Núcleo de Produção Santa Clara- NPSC, situado geograficamente no Município de Canto do Buriti na região Sul do estado do Piauí. O NPSC foi instalado para a produção de matéria-prima utilizando-se da mão de obra das famílias camponesas assentadas na condição de parceiras rurais. Essa parceria contou com a intervenção do Governo do Piauí que doou 36 mil hectares de terras agricultáveis para a iniciativa privada assentar as 639 famílias que ao final dos dez anos de parceria receberiam a titularidade dos lotes do NPSC.

Assim, acreditamos que ao debater sobre as contradições de modelos de programas que objetivam o acesso dos agricultores familiares a mercados tão especializados quanto o do biodiesel, buscando assim, contribuir para uma reflexão crítica sobre políticas públicas que pretendem fomentar a inclusão produtiva de grupos socialmente fragilizados, aliando-os a grupos que monopolizam os mercados dos agrocombustíveis.

## **METODOLOGIA**

A experiência de produção de matéria-prima para o biodiesel no NPSC surgiu como a grande promessa para a inclusão produtiva e melhorias das condições de vida dos agricultores familiares do Piauí. Diante das controvérsias sobre reais alcances na vida de centenas de agricultores que aderiram ao programa, procuramos entender a complexidade da dimensão social do programa a partir da experiência do NPSC.

A pesquisa de campo ocorreu em dois momentos distintos: um primeiro, no ano de 2011 por ocasião do desenvolvimento da dissertação de mestrado no âmbito do programa de pós-graduação em Antropologia cujo método de pesquisa utilizado foi o etnográfico e, no segundo momento, utilizo dados da pesquisa de doutoramento, em andamento, no âmbito do programa de pós-graduação em Sociologia. Nessa abordagem, adotamos a pesquisa de métodos mistos, sendo o qualitativo e quantitativo. As análises, desta última, ainda são preliminares, mas já foi possível inferirmos sobre o impacto negativo do modelo de extensão rural implementado no NPSC, que não

reconheceu os saberes locais dos camponeses assentados e, tampouco, a importância por eles atribuída à produção de alimentos para o abastecimento da unidade familiar.

### **Biodiesel no Piauí: a resistência ao modelo de produção voltado exclusivamente para o mercado**

Antes de iniciarmos o debate sobre algumas variáveis determinantes para o programa do biodiesel no NPSC é importante que saibamos quem são os sujeitos sociais que tiveram suas vidas transformadas ao assinarem contrato de parceria rural com a empresa inserida nos negócios dos agrocombustíveis.

Esses agricultores possuem trajetórias marcadas pela relação de sujeição ao proprietário das terras nas quais viviam na condição de meeiros, arrendatários, moradores ou assalariados rurais. Para esses camponeses a motivação de estar num projeto que lhes tirava total autonomia sobre o que e como produzir era justificada pela promessa de receberem do Governo do Estado do Piauí a titularidade dos lotes do NPSC ao término dos dez anos do contrato de parceria.

Ante esse postulado, os conflitos decorreram das diferentes expectativas das formas de se fazer agricultura. As práticas dos parceiros rurais, antes de irem para o NPSC se inserem no que conceitualmente Ploeg (2006) denominou por forma de agricultura camponesa. Para Ploeg (2006, p.14) "a agricultura familiar abrange duas constelações contrastantes: a forma camponesa e a forma empresarial de se fazer agricultura". Para o autor, as

principais diferenças entre esses dois modos de produção não residem nas relações de propriedade; elas situam-se, principalmente, nas diferentes formas através das quais a produção, a distribuição, e a apropriação de valor são ordenadas (PLOEG, 2006, p.14).

Ainda na perspectiva das diferentes formas de relação com a terra, o conceito de "terra de trabalho e terra de negócio" impresso por Martins (1980) nos ajuda a compreender melhor, os conflitos que emergiram no NPSC se o analisarmos a partir dos dois regimes de propriedades: o capitalista e o familiar. Sabe-se que os dois regimes possuem propostas distintas. Na lógica da propriedade capitalista, explora-se a força de trabalho e a terra é compreendida como negócio, enquanto que, na propriedade familiar, a terra é o instrumento de trabalho, ou seja, "não é propriedade capitalista, é propriedade do trabalhador" (MARTINS, 1980, p.59).

De acordo com Ianni (1981, p.230) "são as relações sociais de produção que conferem a terra as muitas formas sociais que ela ganha". Nessa concepção, o autor compreende que são as relações econômicas e políticas dos homens que transformam a terra em terra do plantar pra comer, do plantar pra vender, da grilagem, da luta pela terra, da expansão da agropecuária, do latifúndio, da violência do capital, dentre outros sentidos.

Quando refletimos sobre as ruralidades no Piauí é necessário avançarmos no entendimento sobre a diversidade dos modos de vida, não apenas, como categoria de análise, mas também, com o

reconhecimento a pluralidade de saberes no contexto das reconfigurações das relações sociais no campo. Para Ploeg (2006) "é necessário superar o debate dualista agricultura capitalista e agricultura familiar. Para o autor essa oposição é inadequada para compreender um mundo em rápida transformação. Contudo, sabemos que a agricultura empresarial e a agricultura camponesa partem de perspectivas produtivas, econômicas e sociais díspares. As relações com a terra e o mercado se colocaram como ponto nevrálgico para a experiência de produção de biodiesel a partir da agricultura camponesa. A produção mercantil dos camponeses do NPSC, antes do programa, era doméstica (PD) com vistas ao autoabastecimento e Pequena (PPM), comercializam para sobrevivência da unidade familiar (PLOEG, 2006).

O NPSC apesar do seu nascedouro estar ligado à dimensão social do programa do biodiesel, os camponeses tiveram suas expectativas frustradas quando acreditaram na possibilidade de cultivarem alimentos voltados para o autoconsumo da família e, comercializarem, apenas, o excedente da produção. O modo de organizar as atividades produtivas reflete um repertório cultural que caracteriza a sociabilidade e identidade destes agricultores (SCHANEIDER; GRISA, 2008)

Das críticas que recaem sobre o projeto do NPSC a que possui maior peso nas análises de estudos anteriores ao nosso é que "invés de valorizar, de apoiar e de fomentar as técnicas tradicionais de cultivo da mamona e outras culturas para o autoconsumo, o programa ambicionava criar e

desenvolver mais um arsenal tecnológico voltado para a monocultura para atender ao mercado das commodities, utilizando-se da disponibilidade da mão de obra das famílias camponesas que foram atraídas pela necessidade de acesso a terra para morar e cultivar (SANTOS, 2015).

Fundamentado na lógica de produção capitalista, o NPSC introduziu um rígido e autoritário calendário agrícola que não contemplava outros cultivos que não fossem matéria-prima em escala comercial para atender a demanda das usinas de produção de biodiesel da empresa parceira. Uma das regras estabelecidas pelo SCS era de que a assistência técnica e extensão rural ofertadas aos camponeses deveriam respeitar a compatibilidade da produção de matéria(s) prima(s) com a segurança alimentar da família e geração de renda (BRASIL, 2018). Todavia, na prática, ocorreu o contrário. A produção de alimentos para a subsistência das famílias, deu lugar a produção voltada exclusivamente para o mercado. os monocultivos não aconteceu.

Cabe ressaltar que dentre os vários impactos negativos decorrentes das mudanças na relação dos agricultores com a terra, trabalho e mercado, a mais significativa foi o abandono de cultivos alimentares para se dedicarem aos monocultivos mamona. Os agricultores manifestaram seu descontentamento com o modelo de calendário agrícola imposto pela empresa, acionando um vasto repertório de resistências cotidianas (Scott, 2002) para manterem seus modos de vidas anteriores ao NPSC como símbolo de manutenção e reprodução social do

grupo. Dando assim, início ao anunciado fracasso do programa de produção de "energia verde" no semiárido do Piauí.

Do ponto de vista dos conflitos sociais e ambientais a situação no NPSC se agravou quando os extensionistas rurais iniciaram a abertura de novas áreas de monocultivos em terras que os camponeses estavam utilizando para a criação de pequenos animais. De acordo com Almeida (1992, p.132) "o trabalho de extensão rural perde em eficiência se não entender a cultura da população trabalhada e se o trabalho não estiver em harmonia com a mesma". E, de fato, a empresa não conseguiu lograr resultados satisfatórios com programa do biodiesel no NPSC porque o modelo de produção e extensão rural proposto partiu da lógica capitalista do agronegócio, tornando-se incompatível com os modos de vidas das famílias de camponeses assentadas.

Corroborando com o debate Almeida (1992) ressalta que, embora a extensão rural seja entendida como um fenômeno universal de atendimento ao agricultor é preciso que estejamos atentos para as particularidades demandas pelos diversos grupos sociais. E nesse aspecto, os profissionais que desenvolviam as atividades agrícolas no NPSC não conseguiram articular ações efetivas sobre as dimensões subjetivas que compõem as práticas sustentáveis de extensão rural. O fato de não terem levado em consideração as particularidades e necessidades dos grupos sociais envolvidos diretamente nesse processo de mudanças sociais com a introdução de novos modelos de produção e consumo impactou, negativamente, no

alcance da meta social do programa.

Dessa forma, algumas conclusões provisórias apontaram que, o não reconhecimento da pluralidade de saberes impossibilitou a construção de novos conhecimentos e, certamente, impediu a inclusão sustentável dos camponeses na cadeia produtiva do biodiesel como estratégia de complementação da renda familiar.

Por fim, a gama de estudos sobre o programa do biodiesel no Nordeste atribuíram ao seu insucesso à dispersão territorial dos agricultores e baixo capital social dos mesmos. Decerto, essas duas variáveis tiveram importante peso na consolidação da dimensão social do programa. Entretanto, o nosso estudo apontou que a incompatibilidade do modo de produção camponesa com a agricultura capitalista inviabilizou o projeto-piloto do biodiesel no estado do Piauí.

## **CONCLUSÃO**

As estruturas sociais dos mercados que o biodiesel integra e a partir dos quais se viabiliza não tem se mostrado suficiente para transformar tais estruturas, capazes de integrar a agricultura camponesa num mercado tão especializado quanto o do biodiesel.

Ao certo é que o fracasso da proposta produtiva do NPSC está ligado a uma multiplicidade de fatores, mas o modelo de extensão rural voltada para a produção de monocultivos foi responsável pelos inúmeros conflitos sociais que ocorrem no decorrer da implementação do programa,

conduzindo-o ao insucesso da proposta de energia verde no Sul do Piauí. Como enfrentamento à política dos agrocombustíveis os camponeses abandonaram os monocultivos da agroempresa como estratégia de resistência ao modelo de produção que não dialogava com seus modos de vidas. Estes desejavam cultivar para o autoconsumo e, por força de um contrato de parceria, foram obrigados a obedecer às normas de um calendário agrícola comercial, voltadas, exclusivamente, para o mercado dos agrocombustíveis.

Por fim, a ausência de diálogos, flexibilidade e a subordinação dos camponeses ao capital dos agrocombustíveis com práticas de exploração insustentável das terras do NPSC contribuíram para o não alcance da dimensão social do programa do biodiesel no Piauí.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, A. Joaquim. **Extensão Rural na Perspectiva Socioantropológica**. Ci. Flor. Santa Maria, V.2, n.1, p.133-139. Ano. 1992.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Estruturas sociais no semiárido e o mercado do biodiesel**. Caderno CRH, Salvador, v.26, n. 68, p.347-362, Maio/Ago. 2013

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4° ed. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD portaria nº 515, de 21 de agosto de 2018. **Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 de ago. 2018. p.2-5.

PLOEG, Jan Douwe van der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.